

II. DELIBERAÇÕES

➤ CÂMARA

1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 13/2022

XIII MANDATO

ATA N.º 13/2022

Reunião ordinária pública de 14 de abril de 2022

Ao décimo quarto dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, desta cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi justificada pelo Presidente da Câmara. -----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas catorze horas e trinta minutos, verificada a presença da maioria, foi declarada aberta a reunião. -----

-----ORDEM DO DIA-----

- Para **conhecimento e informação** foi presente o resumo de tesouraria, referente ao dia oito de abril de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-Para **conhecimento e apreciação** foram presentes os documentos de prestação anual de contas das empresas municipais, relativos ao exercício de 2021, que aqui se dão por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Os documentos foram objeto de intervenção dos Vereadores do PS e da Vereadora da CDU, bem como dos Administradores das Empresas Municipais e do Presidente da Câmara. **O EXECUTIVO MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. SUBMETTER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----



1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 12/2022 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
2. **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA** - Presente a seguinte proposta: «Considerando que: 1. A prestação de contas está intimamente ligada à transparência e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei, mas, adicionalmente, refletir a obrigação, neste caso, dos eleitos, em garantir a transparência no uso dos recursos públicos. 2. Os documentos que aqui se apresenta tem como objetivo a efetivação da "prestação de contas" por parte do Executivo Municipal no final de mais um ano de mandato autárquico, assumindo uma dupla vertente: (i) realizar uma análise económica e financeira objetiva e comparada ao desempenho financeiro da autarquia, no decurso do ano de 2021, (ii) apresentar resultados da gestão e da atividade da Câmara Municipal nas mais diversas áreas de competência e de intervenção autárquica. 3. O presente Relatório de Gestão e Contas espelha a execução do Orçamento do Município de Braga relativo ao ano de 2021, e foi elaborado nos termos dos Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e apresenta em anexo os mapas de Prestação de Contas. 4. O presente Relatório de Gestão e Contas inclui de igual modo inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município. 5. As contas do Município de Braga foram auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas. Em face do exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal que: 1. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeira de 2021, e submeter os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, à apreciação da Assembleia Municipal; Paços do Concelho de Braga, 8 de abril de 2022. O Presidente da Câmara Municipal, (Dr. Ricardo Rio).» O relatório de gestão e contas anexo à proposta, dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, QUE EXERCEU O VOTO DE QUALIDADE, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. VOTARAM CONTRA OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

- 3. PROPOSTA DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) 2022** - Presente a seguinte proposta: «Submete-se proposta da 2.ª alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, para aprovação da Câmara Municipal, e posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 33º e alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.» A proposta e os documentos que lhe foram juntos dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.**
- 4. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2022** - Presente a seguinte proposta: «A Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano foi constituída a 19 de maio de 2010, tendo por objetivo assegurar a base organizativa e operacional para a implementação do Programa Estratégico de Cooperação "Quadrilátero Urbano". Recentemente procedeu-se a uma alteração de estatutos, tendo-se subscrito com os parceiros um novo "Pacto para a Competitividade e Inovação". Na sequência da deliberação da Assembleia Geral da AMFE Quadrilátero Urbano, de 25 de março de 2021, que aprova o montante relativo às transferências dos municípios, e decorrente da deliberação do Executivo Municipal de 1 de julho de 2010, que aprova os termos das transferências para a Associação, importa agora proceder à autorização das transferências para o exercício de 2022. Presentemente estão também a ser executadas ações suportadas por candidaturas a fundos comunitários. Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere: - A aprovação de uma transferência mensal no valor de 1.000,00€, referente à comparticipação das despesas de funcionamento da AMFE Quadrilátero Urbano; - A aprovação de uma transferência de 68.566,00€, referente à contrapartida nacional do programa/ação em realização: "Cooperative Streets".» Braga, 6 de abril de 2022. O Presidente da Câmara Municipal, (Ricardo Rio, Dr.)» Os documentos anexos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
- 5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DENOMINADO “FORA DA CAIXA – BANDA DESENHADA DE BRAGA” - NORMAS CONCURSAIS** - Presente a seguinte proposta: «Da Divisão da Cultura submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa ao projeto denominado “Fora da



Caixa – Banda Desenhada de Braga”, nomeadamente normais concursais, nos termos da proposta que se anexa.» A proposta e os documentos que lhe foram juntos dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

6. PROPOSTA RELATIVA AO PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E CLIMA -

Presente a seguinte proposta: «Considerando: 1. O problema das alterações climáticas constitui um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, exigindo respostas concretas a vários níveis, nomeadamente ao nível da eficiência energética, da valorização das energias alternativas ou do planeamento ambiental; 2. Em 2016, Braga subscreveu o "Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia" assumindo, assim, o compromisso de reduzir as emissões de CO2 (e, eventualmente de outros gases com efeitos de estufa) no seu território em pelo menos 40% até 2030, designadamente mediante o reforço da eficiência energética e de um maior recurso às fontes de energia renováveis, aumentando a sua resiliência, bem como apresentando um plano específico para a adaptação às alterações climáticas, conforme Reunião de Câmara de 26 de novembro de 2016; 3. Braga tem reportado dados relativos a mitigação climática através dos periódicos relatórios *Sustainable Energy Action Plans* no âmbito do Pacto de Autarcas e tem igualmente reportado dados de mitigação e adaptação climática no âmbito da plataforma *CDP Cities* desde 2016 e mais recentemente do ECO XXI da Associação Bandeira Azul Europa; 4. Braga assinou em dezembro de 2016 o Programa ClimAdaPT.Local para o desenvolvimento de um projeto municipal de adaptação às alterações climáticas, sob orientação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC) e coordenação do consórcio liderado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sendo enquadrado no tema 2: "Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas"; 5. O fomento dos princípios do Desenvolvimento Sustentável do Município de Braga com base na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a necessidade de resposta a objetivos mais específicos, mais concretamente no Objetivo 7 - Energias Renováveis e Acessíveis; Objetivo 11-Cidades e Comunidades Sustentáveis; e no Objetivo 13 Ação Climática. 6. Face ao trabalho desenvolvido pelo Município de Braga e face às novas orientações europeias, existiu a necessidade de atualização do Plano de Ação para Energia e o Clima para um conjunto de objetivos e metas estratégicas nos domínios da redução de emissões no domínio da energia, bem como um conjunto de programas e ações que envolvem matérias do âmbito da adaptação climática, ambos abrangendo orientações de carácter transversal aplicáveis à cidade em geral e ao município em particular. Proponho que o Executivo Municipal, delibere remeter a presente proposta à Assembleia Municipal, nos termos da alínea h) n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, para que aquele órgão delibere aprovar o Plano de Ação para Energia e o Clima.

Braga, 30 de março de 2022. Altino Bessa, Vereador da Câmara Municipal de Braga». O Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima, dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

7. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS

- Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista á aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no art.º 25º, alínea k e do art.º 33º, nº 1, alínea m) da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a/s seguintes freguesias: **I - ADITAMENTO AO CONTRATO:** **a)** União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para execução da obra “Alargamento da Rua da Igreja – Fradelos”, no valor de 48.426,91€ (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 12/02/2021); **b)** União de Freguesias de St.ª Lucrécia de Algeriz e Navarra, para execução da obra “Requalificação da Rua das Boucinhas – Stª Lucrécia de Algeriz”, no valor de 2.767,50€ (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 11/05/2021), **c)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, para contratação, fiscalização e execução da obra “Passeios da Rua da Coutada, repavimentação da Rua da Varziela e Muro”, no valor de 8.784,32€ (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 18/06/2021); **d)** União de Freguesias de Arentim e Cunha, para contratação, fiscalização e execução da obra “Requalificação da Rua da Caínha – Arentim”, no valor de 2.776,91€ (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 23/07/2020); **e)** União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para contratação e execução da obra “Requalificação e Alargamento da Rua Francisco Gomes Lopes”, no valor de 1.707,00 € (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 03/05/2021). **II CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS:** **a)** União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para execução do projeto da obra denominada “Requalificação da Rua do Tornadouro – Morreira”, no valor de 48.089,60€; **b)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para contratação, fiscalização e execução da obra denominada “Requalificação Parcial da Rua S. Judas Tadeu - Celeirós”, no valor de 53.431,21€; **c)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução da obra denominada “Pintura – Rua Penedo da Cruz – Aveleda”, no valor de 1.111,33€.» Os documentos juntos às propostas dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

8. APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS - Presente a seguinte proposta: «Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33.º e da alínea j) do n.º 1 do art.º



15.º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual: **a)** Freguesia de Ruilhe, no valor de 2.300,00€, destinado ao “Projeto Casa Mortuária e Arranjos Exteriores – (retificação de conta – Aditamento); **b)** Freguesia de Sobreposta, no valor de 6.285,29€, destinado a “Regularizar Trabalhos na Rua do Regueiro”; **c)** União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 7.343,00€, destinado a “Tratamento da Rede Arbórea do Parque Industrial de Celeirós”; **d)** União das freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, no valor de 3.993,19€, destinado a apoiar as “despesas pontuais efetuadas com as eleições”; **e)** União das freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 3.072,30€, para “Requalificação do Parque Infantil Polidesportivo da Ponte Pedrinha – Lomar (projeto)”; **f)** União das freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães, no valor de 1.523,22€, destinado à realização de obras de Pavimentação da Rua de Acesso aos Balneários de Merelim S. Paio.» Os documentos juntos às propostas dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

9. MINUTA DO CONTRATO DE COMPRA DO IMÓVEL DENOMINADO “FRAÇÃO A DO EDIFÍCIO TEATRO CIRCO” - Presente a seguinte proposta: «I. Enquadramento: 1. Por deliberação de Câmara de 15/11/2021, foi aprovada a ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 27/10/2021, através do qual foi exercido o direito de preferência na aquisição do imóvel denominado "Fração A do edifício Teatro Circo", pelo valor de 960.000,00€. Mais foi aprovado submeter tal proposta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. 2. Na sessão da Assembleia Municipal de 30/12/2022, foi aprovada a mencionada proposta. II. Exposição e motivos: 1. A competência para aprovar a minuta do contrato cabe ao órgão competente para a decisão de contratar. 2. De acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a câmara municipal a adquirir bens imóveis de valor superior a 100 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais. Nestes termos, propõe-se se submeta à apreciação do executivo municipal uma proposta para aprovar submeter à Assembleia Municipal a apreciação e aprovação da minuta do contrato de compra do imóvel denominado "Fração A do Edifício Teatro Circo".» A minuta do contrato de compra e venda junta à proposta, dá-se aqui por reproduzida e transcrita e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA**

FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUITO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: «No seguimento do contacto do Sr. Presidente da CM de Braga, no passado dia 26 de outubro, em que solicitava o acordo da CDU relativamente à compra, pelo valor de 960 mil euros, do imóvel pertencente ao banco Santander, inserido no conjunto do edifício do Theatro Circo, cumpre-nos registar e deixar claro o nosso posicionamento: 1- Na opinião da CDU, o imóvel em causa é de inegável interesse, não só porque se insere num conjunto de edifícios classificado como Bem Cultural de Interesse Municipal, mas também pelo que representa relativamente à expansão do Theatro Circo e à melhoria das condições do serviço público de cultura que este promove. 2 - De acordo com o Sr. Presidente da CM de Braga, o exercício do direito de preferência por parte do município teria de ser feito até ao dia 28 de outubro. Ora, essa informação apenas nos foi comunicada no contacto do passado dia 26, ou seja, dois dias antes, na verdade, um prazo muito curto para se fazer a ponderação que se impunha. 3 - No referido contacto, perante a urgência da situação e a escassez de elementos que pudessem suportar a decisão, solicitámos alguns dados, nomeadamente a área total do edifício, o estado de conservação, bem como uma avaliação do imóvel realizada por técnicos municipais para avaliar o valor deste. 4 - Da parte do município não recebemos, por que não foi realizada, a avaliação do imóvel, o que, no nosso entendimento, condiciona uma tomada de posição plena sobre o valor proposto pelo proprietário. 5 - Neste momento, face aos dados disponíveis, a CDU entende que a CM de Braga deve acionar o direito de preferência e adquirir o imóvel, sob pena de, não o fazendo, o imóvel ter como destino mais que provável um privado, o que constituiria uma oportunidade perdida para a sua definitiva integração em domínio público municipal e respetiva afetação à atividade cultural do Theatro Circo. Por fim, um apontamento político: é momento de recordar que, por um valor muito próximo, a CM de Braga recusou há poucos anos acionar o direito de preferência para aquisição de parte do edifício do castelo à IP. O edifício foi vendido e, atualmente, a CMB paga a um privado pelo seu arrendamento. Da mesma forma, importa sublinhar que numa perspetiva de investimento, enquadrada na estratégia cultural do município, a aquisição do referido imóvel não pode ser tida como um ato isolado. Pelo contrário, deve impulsionar o projeto cultural para o Cine-teatro São Geraldo, bem como a afetação do edifício da Confiança a funções culturais e sociais. Bárbara Seco de Barros.»-----

10. PROPOSTA DE TARIFÁRIO DA AGERE PARA 2022 - Presente a seguinte proposta: «I. Enquadramento: 1. Nos termos dos Estatutos da Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga compete ao Conselho de Administração propor ao Município de Braga os preços e tarifas a praticar no exercício a que respeitem para ratificação. 2. Para o efeito, a Agere remeteu o Tarifário para 2022. 3. A Agere

ry

rege-se pela Lei n.º 50/2012, de 18 de agosto, que estabeleceu o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, 4. A empresa tem como objeto social o exercício da atividade de captação, tratamento e abastecimento público de águas às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e limpeza pública. 5. De acordo com o artigo n.º 21 dos Estatutos da Agere, na gestão da empresa ter-se-ão em conta, nomeadamente, os seguintes condicionalismos e objetivos prática de tarifas e preços que permitam o equilíbrio da exploração a médio prazo. II. Exposição e motivos: 1. A AGERE- Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, propôs, para este ano de 2022, a manutenção das tarifas e preços dos serviços de água, saneamento e resíduos no concelho, para todos os utilizadores, domésticos e não domésticos. 2. Esta medida traduz-se numa consolidação da evolução do referido tarifário, refletindo um ganho real nas faturas de todos os Bracarenses. 3. Para 2022, com a conjuntura atual a provocar um crescimento acelerado da inflação, apontando para que a estimativa da taxa anual média prevista de 1,7% seja largamente ultrapassada, o referido ganho real verifica-se pelo sétimo ano consecutivo. 4. Resultado dos ganhos de eficiência dos últimos anos, a empresa municipal procura reduzir a diferença entre os preços reais do custo destes serviços e os valores que são cobrados aos consumidores, não pondo em causa os investimentos realizados e os que estão por realizar em infraestruturas e sua conservação, manutenção e substituição, e não descurando o objetivo de incentivar um uso racional e moderado da água, um bem tão precioso, na defesa do ambiente. Face ao exposto, submete-se a Reunião de Câmara esta proposta para Ratificação do Tarifário da Agere para 2022. Braga, 08 de abril de 2022. O Presidente da Câmara, (Ricardo Rio).» Os documentos juntos à proposta, e que consistem na proposta de tarifário para 2022, dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E VOTOU CONTRA A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

11. REGULAMENTO DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO - Presente a seguinte proposta: «Da Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o projeto do regulamento mencionado em epígrafe, que se anexa.» O projeto de Regulamento da Estrutura Municipal de Voluntariado dá-se aqui por

reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

12. REGULAMENTO DE APOIO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA - APROVAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL - Presente a seguinte proposta: «Sob proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, com a área de responsabilidade da Habitação, submete-se para aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 33.º e alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.» O projeto de Regulamento da de Apoio à Habitação do Município de Braga dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS E VOTARAM CONTRA OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO:** «Confrontada com a versão final do novo regulamento de apoio à habitação da Bragahabit, na última reunião de câmara, a CDU propôs algumas alterações no sentido de o tornar mais abrangente e capaz de responder às dificuldades das famílias bragarenses. Este novo regulamento acompanha especialmente alterações ao RADA, que se vê alargado em 5 anos, passando a ser um apoio prestado num total de 10, e numa correção no cálculo deste, que permite ser mais abrangente. Acompanhamos o reforço financeiro que no ano passado e este ano o município fez para este programa, bem como as alterações visadas neste regulamento e que permitirão que mais famílias possam usufruir deste apoio e que o façam por mais tempo - ainda que o facto de o valor de cada renda apoiada ser diminuído de ano para ano nos mereça alguma apreensão na capacidade de responder às dificuldades mais permanentes de acesso à habitação de muitas famílias. No geral, este regulamento mereceu uma consideração que não é nova para a CDU, e que se prende com a necessidade de reforçar as respostas de ação social do município e da Bragahabit, com equipas multidisciplinares de psicólogos, sociólogos, assistentes, educadores e animadores socio-culturais, mediadores culturais e outros profissionais. As respostas da habitação social necessitam de um acompanhamento enquadrado em respostas mais globais, de acompanhamento, inserção e reinserção



sociais, profissionais, educativas e de autonomia que permitam às populações em situação de maior vulnerabilidade social saírem dessa circunstância. De pouco serve tratar a política de habitação social como se tratasse de apenas entregar habitação a quem dela necessita, quando são vários e complexos os contextos que se cruzam na vida das famílias que recorrem a estes programas. As insuficiências atuais desta resposta por parte do município acabam por se refletir na inclusão, no regulamento de habitação social, alíneas que dizem respeito a comportamentos e convivências sociais e pessoais dos utentes da Bragahabit, que consideramos serem, em alguns casos, invasivas - e que apenas uma resposta social paralela à da habitação seria capaz de ajudar a resolver. Sobre as alterações que propusemos, uma parte foi acolhida na versão de regulamento que regressará à reunião do executivo municipal amanhã, abrindo-se depois novo período de discussão pública. As alterações acolhidas foram no sentido de: - garantir que famílias que residam no concelho de Braga há menos de 3 anos - limite para acesso aos programas de habitação social da Bragahabit - e que se encontrem em situação especialmente fragilizada, possam ter acesso a alguma resposta por parte do município. Esta proposta foi resolvida com a extensão do artigo sobre situações de exceção para a atribuição de habitação social ao RADA também; - clarificar que a Bragahabit é responsável por obras de requalificação no interior dos fogos no caso de desgaste de materiais, equipamentos ou canalizações, quando estas resultem do normal desgaste fruto da utilização; - permitir uma avaliação caso a caso no número máximo de animais de estimação permitidos em casas da Bragahabit. De entre as que não foram acolhidas - com exceção das que encontram no regulamento outras formulações que garantem os mesmos princípios (como garantir que o despejo por falta de pagamento de renda é o último recurso das ações da Bragahabit), estão as seguintes propostas: - a renovação automática do RADA até ao limite da sua duração, com avaliação a posteriori pela Bragahabit, ao invés de obrigar as famílias a fazerem o pedido de renovação e apresentação de toda a documentação necessária a cada ano. Esta proposta não foi acolhida por se entender que a empresa municipal não consegue garantir a interoperabilidade com os restantes serviços no imediato. - O prolongamento, a título excecional como para reformados ou agregados com pessoas com deficiência, da duração do RADA a famílias que sofram perda significativa de rendimentos durante o programa. Esta proposta não foi acolhida por estar prevista esta circunstância no cálculo do subsídio a atribuir. No entanto, entendemos que o carácter de transitoriedade do RADA apenas funciona nos casos em que as famílias conseguem garantir mais rendimentos e maior autonomia ao longo dos anos em que usufruem deste apoio, o que naturalmente não acontece com famílias de reformados - como bem exceciona o regulamento - e, portanto, insistimos que esta exceção deva ser estendida a casos em que as famílias percam o emprego e vejam os seus rendimentos reduzidos, dado que os coloca em situação particularmente

frágil se deixarem de conseguir aceder a um regime de renda apoiada. Mantemos estas preocupações, a que o regulamento não consegue ainda responder na totalidade. Bárbara Seco de Barros.» **OS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA APRESENTARAM A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO:** «O Regulamento de Apoio à Habitação é a ferramenta utilizada pela empresa municipal BragaHabit para regular a atribuição dos apoios do Município de Braga na área da habitação, nomeadamente nas modalidades de Arrendamento Apoiado, Subarrendamento, Apoio Direto ao Arrendamento (RADA) e Habitação Partilhada. A empresa BragaHabit apesar de dispor de casas para arrendamento a famílias com carências económico-sociais comprovadas, não consegue responder a todas as necessidades identificadas. Este facto, aliado à dificuldade das famílias bracarenses em aceder a uma habitação a preços controláveis no mercado de arrendamento livre, cuja escassez de habitações disponíveis têm feito com que os preços continuem em escalada, deixa um número cada vez maior de famílias bracarenses numa situação difícil, tendo que dispor de uma grande fatia do seu rendimento mensal para suportar uma renda de casa. O RADA é o apoio municipal que ajuda os agregados familiares de menores rendimentos a suportar a renda de casa através de um subsídio direto. Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, o Município definiu um apoio de 1.000.000 € para o RADA. Verba essa que não tem esgotado em anos anteriores e, portanto, existe margem para que sejam aumentados os valores dos subsídios atribuídos, numa perspetiva de distribuição socialmente mais justa, ou seja apoiando mais quem comprovadamente esteja em maior vulnerabilidade e carência económico-social. O Partido Socialista entende que os valores propostos como renda padrão sejam os que são definidos anualmente por portaria do Governo para o Programa de apoio ao arrendamento jovem Programa Porta 65 – Jovem, e não como proposto no regulamento, definidos anualmente pela administração da BragaHabit, sem que sejam conhecidos quais os critérios que suportarão esses valores. Foi nessa expectativa que aguardamos pela revisão do regulamento cuja versão afinal é analisada hoje em reunião de executivo, uma vez que esperávamos que seria incluída essa alteração. O Relatório e Contas de 2021 da empresa municipal BragaHabit veio confirmar o que atrás expomos, uma vez que indica que o rendimento mensal bruto médio das famílias situa-se nos 530,00 € e que o apoio médio à renda concedido foi de 76,80 €. Por outro lado, os pedidos de apoio dos agregados familiares no âmbito do RADA totalizaram 744 solicitações: 207 novos pedidos e 537 pedidos de renovação. Com estes dados facilmente percebemos que em média, o apoio concedido anualmente no âmbito do RADA situa-se em 686.000,00€. Sendo este o apoio habitacional mais procurado pelas famílias bracarenses e havendo lista de espera, não se percebe porque anualmente o apoio do orçamento municipal não é disponibilizado na totalidade às famílias carenciadas, seja por aumento do apoio concedido, seja por aumento do número de pedidos de apoio aprovados. Posto isto, e considerando



que no contexto atual no mercado habitacional e de arrendamento, este apoio reveste-se de uma importância vital para os agregados familiares de baixos rendimentos, o Partido Socialista vota CONTRA este regulamento por entender que fica aquém das necessidades identificadas e do apoio que pode e deve ser concedido. Braga, 14 de abril de 2022. Os Vereadores do Partido Socialista, Hugo Pires, Artur Feio, Sílvia Sousa e Adolfo Macedo.» -----

13. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BRAGA – QUADRIÉNIO 2021/2025- Presente a seguinte proposta: «Considerando que: -O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, caracteriza o conselho municipal de educação como um órgão de consulta que tem como objetivo analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo a nível municipal (art.º 55º), - este órgão é constituído por representantes das autarquias locais, escolas da rede pública e privada, ensino superior, forças de segurança, entre outros e conforme definido no artigo 57.º do supramencionado diploma em conjugação com o Regimento do Conselho Municipal de Educação de Braga, aprovado a 25 de setembro de 2018, - foram inquiridas as diversas entidades para a identificação dos elementos a integrar o conselho municipal e a compilação de respostas apresentam-se no anexo I, - o artigo 58.º do referido diploma prevê que este órgão seja nomeado por deliberação da assembleia municipal, nos termos propostos pela câmara municipal, - compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, “deliberar sobre a criação do conselho local da educação”, conforme alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Propõe-se, em conformidade com as normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Braga para o quadriénio 2021/2025, nos termos apresentados no anexo que acompanha a presente proposta. Município de Braga, 5 de abril de 2022, A Vereadora da Educação, Carla Sepúlveda, (Dr.ª).» O anexo que contém a proposta de composição do Conselho Municipal de Educação de Braga, dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----



14. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO PARA EMPREENDIMENTO – IMOFERTOR – IMOBILIÁRIA, SA – RUA CONDES DE REDONDO – UF VILAÇA E FRADELOS – BRAGA -

Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal para aprovação da Assembleia Municipal o presente processo com vista a que seja que reconhecido por aquele órgão o Interesse Público Estratégico do empreendimento em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31.º a 33.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, na sequência da deliberação tomada a 26 de julho de 2021, com fundamento nas informações técnicas que se anexam e após discussão pública decorrente do edital nº ED/377/2021, cujo relatório se junta.» Os documentos juntos à proposta, dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.--**

15. PROPOSTA – CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS- “SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS” – APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS ESTATUTOS - Presente a seguinte proposta: «Do Sr. Vereador responsável pela Área do Urbanismo, submetendo proposta relativa à constituição de associação de municípios de fins específicos com o Município de Braga - Sacromontes de Braga e Guimarães, Associação de Municípios – aprovação dos respetivos estatutos, tornando-se necessário que a Câmara Municipal delibere: **a)** A aprovação da constituição da associação de fins específicos denominada SACROMONTES DE BRAGA E GUIMARÃES, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, nos termos dos estatutos que se anexam, bem como dos artigos 108.º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; **b)** Submeter, nos termos da al. u) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, a constituição da referida associação de municípios, cujo acordo constitutivo, definido pelos seus estatutos, deve ser aprovado pelo mesmo órgão deliberativo, de acordo com o n.º 1 do art.º 108.º daquele diploma legal.» A proposta e os documentos juntos, dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

---Foram também propostos os seguintes **VOTOS DE LOUVOR:** -----

- Atleta **JOSÉ PAULO LOPES**- Presente a seguinte proposta: «O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação do atleta do Sporting Clube de Braga, José Paulo Lopes, que se sagrou campeão Nacional Absoluto, em 400m estilos e 800m, em prova realizada entre os dias 01 e 3 de abril, em Coimbra. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor ao atleta José Paulo Lopes, pelos títulos alcançados e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. Braga, 14 de abril de 2022. A Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)». **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- Atleta **TAMILA HOLUB** - Presente a seguinte proposta: «O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação da atleta do Sporting Clube de Braga, Tamila Holub, que se sagrou campeã Nacional Absoluto, em 400m livres, 800m livres e 1500m livres, tendo obtido os mínimos de acesso ao Campeonato da Europa e do Mundo, em prova realizada entre os dias 01 e 3 de abril, em Coimbra. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor à atleta Tamila Holub, pelos títulos alcançados e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. Braga, 14 de abril de 2022. A Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)». **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- Atleta **MARK ZHUKOV**- Presente a seguinte proposta: «O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação do atleta do Sporting Clube de Braga, Mark Zhukov, que se sagrou campeão Nacional Juvenil, em 200m estilos e 400m estilos, em prova realizada entre os dias 01 e 3 de abril, em Coimbra. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor ao atleta Mark Zhukov, pelos títulos alcançados e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. Braga, 14 de abril de 2022. A Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)». **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- Atleta **ADRIANA BARROS**- Presente a seguinte proposta: «O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação da atleta do Sporting Clube de Braga, Adriana Barros, que se sagrou campeã Nacional Juvenil, em 200m estilos, em prova realizada entre os dias 01 e 3 de abril, em Coimbra. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor à atleta Adriana Barros, pelo título alcançado e por revelar uma carreira

em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. Braga, 14 de abril de 2022. A Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)». **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- Atleta **MARIA NEVES**- Presente a seguinte proposta: «O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação da atleta do Sporting Clube de Braga, Maria Neves, que se sagrou campeã Nacional Juvenil, em 100m costas, 200m livres e 400m livres, em prova realizada entre os dias 01 e 3 de abril, em Coimbra. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor à atleta Maria Neves, pelos títulos alcançados e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas.»

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

- Atleta **RAFAEL SIMÕES** - Presente a seguinte proposta: «O Município de Braga, regozija-se com a excelente prestação do atleta do Sporting Clube de Braga, Rafael Simões, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto, em 100m Bruços, em prova realizada entre os dias 01 e 3 de abril, em Coimbra. A Câmara Municipal de Braga atribui um Voto de Louvor ao atleta Rafael Simões, pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas, bem como na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. Braga, 14 de abril de 2022. A Vice-Presidente (Dra. Sameiro Araújo)». **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

---E por fim foi proposto pela Vereadora Bárbara de Barros um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento de **MARIA AMÉLIA MORAIS**, figura carismática e indefetível adepta do SC Braga. O Presidente da Câmara acrescentou que o Município irá avançar com uma proposta de toponímia na envolvente do Estádio Municipal e da Academia. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

16. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA** foi feito o convite, para quem pretender estar presente, receber no próximo domingo o compasso Pascal, pelas 11h30 no Edifício Principal da Câmara Municipal. -----

-----Pela **VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS** foi efetuado um pedido de esclarecimento: "Fui contactada pela Comissão da Organização das Comemorações Populares do 25 de abril, que manifestou alguma preocupação com a disponibilização habitual do palco para o momento cultural. Segundo informação que obtive - e que não foi muito pormenorizada - o Município indicaria que não tinha disponibilidade para colocar o palco." O **PRESIDENTE DA CÂMARA** e a **VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA** referiram que tal não corresponde à verdade, tendo dito que iria "estar lá o palco, na véspera, para uma missa alusiva aos 300 anos das Convertidas." A **VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA** informou que o Município sempre demonstrou disponibilidade, na medida daquilo que fosse possível disponibilizar. Mais esclareceu que:- "Aquilo que vão receber como resposta, -e que já deve ter seguido hoje - é que nós disponibilizamos obviamente o palco que nós temos. Efetivamente foi-me mostrada uma fotografia do palco pretendido, com uma cobertura, que o Município não tem e não faria sentido contratar para aquele efeito. Nós informamos as características do nosso palco e se o pretenderem, será esse que será colocado." Pela **VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS** foi sublinhado que o importante será não obstaculizar este tipo de comemorações, pese embora, este ano, estar prevista uma sessão solene organizada, pela primeira vez, pelo Pelouro da Juventude. -----

--O **PRESIDENTE DA CÂMARA**, a propósito do referido no início da reunião, sobre o relatório de apreciação do júri internacional, no âmbito da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura, em que no mesmo é apontado "como fragilidade a não unanimidade nos diversos órgãos municipais de aprovação em torno da candidatura" esclareceu que a questão que foi suscitada pelo júri, foi a relativa à "Estratégia Cultural Braga 20/30", e que foi votada em sede de reunião de Câmara, com votos a favor da Coligação Juntos por Braga e da CDU, com a abstenção do PS. -----

--O **VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO** referiu que a "Estratégia Cultural Braga 20/30" tinha um pressuposto, e que o Partido Socialista não foi nunca ouvido nessa fase; aos Srs. Administradores das empresas Municipais "dirigiu-se dizendo que os mandatos são unipessoais", que são um grupo político, grupo esse que deve ser convocado ou convidado a participar, e não apenas um Vereador desse grupo. Acrescentou ainda que "O Miguel Corais, na fase logo a seguir às eleições, não pode reunir-se na reunião de kick off de todo este processo, e foi onde tudo começou". -----

---Presente a **ADMINISTRADORA EXECUTIVA DO THEATRO CIRCO, CLÁUDIA TEIXEIRA LEITE**, referiu que não é correto, o que foi dito pelo Vereador, e que todos foram convocados, tendo acrescentado que houve uma reunião com os Vereadores, e que todos foram convocados. O Vereador Artur Feio, retorquiu dizendo que tal não é verdade. Disse ainda a Sr.^a Administradora que, na altura, esteve presente uma Vereadora do PS. Explicou que foi feita uma apresentação e solicitado o envio de contributos a todos, e além de estarem presentes, foram até bastante elogiosos em relação à estratégia. Em relação à candidatura, foram efetuadas reuniões com os partidos, foi solicitado o contacto “e na altura falei com o Hugo Pires, que era o contacto que achei eu que estava a representar, como cabeça de lista”, e marquei (e remarquei) a reunião, por três vezes. -----

----Novamente no uso da palavra, o **VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO** replicou que tudo começou com uma reunião do Município em Guisande e Oliveira S. Pedro, para a qual os Vereadores do Partido Socialista nem sequer foram convidados. Acrescentou o Vereador que a apresentação pública ocorreu, num primeiro momento, na Escola primária de Oliveira S. Pedro e Guisande: - “Esse foi o momento em que nós soubemos, uma vez mais pelos jornais, que havia uma Estratégia de Cultura em Braga, e demos nota pública dessa questão, dizendo que não tínhamos sido envolvidos. Depois, na votação da estratégia – e não da Capital Europeia, abstivemo-nos -e acho até que apresentamos uma declaração de voto sobre isso.” -

---**CLÁUDIA TEIXEIRA LEITE, ADMINISTRADORA EXECUTIVA DO THEATRO CIRCO**, disse novamente que tal não era verdade, uma vez que houve uma reunião com a Vereação, em momento anterior à aprovação da Estratégia, e foi solicitado o envio de contributos, que nunca foram recebidos. -----

-----Tomou a palavra o **VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES** para confirmar a veracidade sobre o facto de ter sido contactado, embora não tenha conseguido estar presente nas reuniões que foram agendadas. No entanto, não deixou de referir que também não concorda com a postura da Câmara Municipal de “dizer que agora as coisas podem correr mal por causa do Partido Socialista”, e que “então as coisas também podem correr mal porque o Município e a estrutura que fez a candidatura a Capital Europeia da Cultura, não ouviu uma das maiores instituições culturais da cidade de Braga, que se chama Igreja, segundo dizem os próprios.” Concluiu dizendo que apesar de haver uma série de instituições que não foram ouvidas “estamos todos empenhados e a torcer para que as coisas corram bem ao Município de Braga.”-----

--- O **PRESIDENTE DA CÂMARA** referiu que se trata de uma imprecisão quando se diz que a Igreja ou os Agentes Culturais não foram ouvidos, “até porque todos os Agentes Culturais foram auscultados, e alguns deles até foram ouvidos no âmbito de outros processos de candidatura, como é o caso da Cidade Criativa da UNESCO - logo também poderiam ter dado contributos para a Estratégia Cultural Geral. Mas a verdade é

que, no relatório que nos foi feito chegar, não é dito nada sobre a não auscultação de determinadas entidades; o que é dito é que não haver uma aprovação política unânime, é uma fragilidade. O raciocínio até deveria ser o inverso: caso – como se espera - que Braga viesse a ser designada Capital Europeia da Cultura, nós até poderíamos dizer que tal ocorreu, mesmo sem os contributos do Partido Socialista.” -----

---O **VEREADOR HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES** disse ainda que a candidatura do Município de Braga é a mais cara do que as outras candidaturas, custando mais do que o dobro de algumas. -----

ENCERRAMENTO: Às 16h50m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.. -----

